

## RESENHA

XAVIER, Maria Elizabete S.P. - **Poder político e educação de elite**  
- Editora Cortez, São Paulo, 1980.

*Tereza Canhadas Bertan\**

Com a Independência em 1822 e com a instalação do novo governo, houve no país autonomia do pensamento pedagógico para o estabelecimento de um sistema educacional de acordo com a realidade nacional? Este é o problema básico da obra. O objetivo da autora é analisar de forma crítica um modelo, muito utilizado em historiografia, cujos elementos centrais estão resumidos na contradição entre a classe dominante detentora do poder e a educação desenvolvida no Brasil Império pós-independência.

Com grande propriedade, o estudo realizado, parte de uma análise crítica a respeito do sistema educacional implantado no país, tendo por base o contexto social econômico e político. Com a Independência houve a transferência de poderes absorvidos pela classe dominante da ex-colônia. A própria Independência foi obra da classe dominante, sem a participação popular e das classes menos favorecidas.

Maria Elizabete, ao escolher o movimento independente para sua pesquisa, forneceu elementos suficientes que comprovam a discrepância existente entre o modelo educacional proposto pela classe dominante e a realidade nacional.

Proclamada a Independência e fundado o Império no Brasil, iniciou-se uma fase de debates e montagem de projetos educacionais, como o projeto de Trabalho para a Mocidade Brasileira, o projeto de reforma de Januário da Cunha Barbosa, o projeto de criação de Universidades, o Decreto Imperial de 15 de outubro de 1827, que visavam a estruturação da educação nacional. A própria criação da Comissão de Instrução propunha um plano de instrução pública para todo o Império. Essas medidas não surtiram efeitos e não passavam de meras formalidades com aparência de seriedade e de reformas, mas que não tinham outro objetivo senão dissimular a realidade vigente e proporcionar a permanência do "status quo". Os interesses da classe dominante e dos políticos eram outros, menos os da educação.

A omissão do poder central em relação à educação era patente, já que a sociedade era constituída de dois grupos: um dos senhores, donos abso-

---

\* Professora de História da Educação do Centro de Estudos Superiores de Londrina - CESULON.

lutos do poder, que exerciam o controle total da nação, tirando sempre vantagens; o outro, a classe dos trabalhadores, dos pobres, escravos e subordinados, que constituíam a maioria e que não serviam de ameaça para os detentores do poder.

O Ato Adicional de 1834 de Diogo Feijó, que conferiu às Assembleias Legislativas das províncias o poder de legislar sobre a instrução pública, não passava de uma armadilha, quando ficou estabelecido que a União cuidaria do ensino superior e as províncias do ensino primário e secundário. O resultado foi o caos e o abandono do ensino elementar, tendo em vista que as províncias se encontravam em péssimas condições financeiras, portanto, impossibilitadas de cuidar do ensino, enquanto que a União, cuidando do ensino superior, beneficiava a elite, a classe dominante. É notório o desajuste das propostas tomadas pelo governo por meio de uma legislação espúria e política, propondo medidas educacionais que nada têm a haver com as condições reais do país.

A Constituinte de 1824, teve como princípios políticos e filosóficos norteadores as constituições inglesa e francesa, servindo como suporte o Contrato Social de Jean Jacques Rousseau, que legitimou os anseios da classe social, já que na França foi considerado o precursor do estado democrático burguês. A própria Revolução Francesa foi um movimento da burguesia. As idéias de Rousseau acabaram influenciando a classe dirigente e os políticos de nosso país, porque suas doutrinas representavam os propósitos da classe dominante nacional, cujas metas eram o liberalismo econômico e cujas atividades econômicas deviam funcionar livremente, não subordinadas ao Estado, com direito à livre empresa e à propriedade particular dos bens de produção. Para o desempenho de suas tarefas, os grandes proprietários, a classe dominante, necessitavam de suporte legal, e este lhes foi dado pela Constituinte.

Constata-se que por trás de todo o movimento da Independência, estavam os interesses da Classe dominante, e, implicitamente, no sistema educacional desenvolvia-se toda uma ideologia, cuja idéia básica consistia em destituir e excluir de todo processo educacional, político e social, a classe trabalhadora, dos pobres e dos escravos.

A autonomia do pensamento pedagógico é uma autonomia aparente, dependente, que cumpre a função de colocar a educação a serviço de uma minoria, para manter a ordem social, econômica e política vigentes, em detrimento da grande maioria constituída do povo trabalhador. Propugnou-se por uma ideologia que consistiu precisamente na transformação das idéias da classe dominante para toda a sociedade brasileira, no plano político, social e econômico.

A Carta de 1824 estabeleceu que "a instrução primária é gratuita para todos os cidadãos", apesar disso, o ensino elementar não teve a mínima consideração por parte do governo. Contudo, o ensino secundário teve mais

guardada graças a atuação das escolas particulares confessionais que se fixaram no país. De caráter propedêutico, esta modalidade de ensino ia de encontro às aspirações da classe dominante, pois servia de trampolim para o ensino superior, já que por meio dele se formavam os "doutores". A maior preocupação do governo na parte educacional, era com o ensino superior, por servir os anseios da classe. A educação era de elite, para uma pequena minoria, constituída da classe burguesa e dirigente, em cujas mãos estavam o destino do país.

O trabalho da autora é interessante por questionar um modelo de educação bastante difundido em nossa historiografia, provando por meio de levantamento minucioso e exaustivo de fontes, a fragilidade da autonomia do pensamento pedagógico no período pós-independente, como também, serviu para oferecer uma nova perspectiva de análise.